**Instruções para preenchimento do formulário:**

1. No campo Nome completo ou Instituição, inserir o nome completo, caso os comentários ou sugestões reflitam opinião pessoal, ou inserir o nome da instituição, caso as contribuições indiquem posição institucional;
2. No campo Natureza da sugestão, deve ser indicado se a sugestão proposta é de Inclusão, Alteração ou Exclusão;
3. No campo Item, deve ser discriminado o artigo, o parágrafo e o inciso a que se refere o comentário ou a sugestão, sem detalhar o seu conteúdo (exemplo: Art. 1º, §1º; Art. 6º, inciso I). Caso a sugestão seja de Inclusão, deve-se especificar o número que o artigo, o parágrafo e o inciso teriam, caso a sugestão fosse acatada pela ANP;
4. No campo Proposta de alteração, deve ser redigida a redação proposta para o item, em sua versão final. Não se deve usar texto tachado, negrito, sublinhado ou destacado em cores. Caso a sugestão seja de Exclusão, deve-se deixar o campo em branco;
5. No campo Justificativa, deve ser descrita a justificativa para a sugestão proposta.

**Exemplo de preenchimento do formulário de comentários e sugestões:**

| **Natureza da sugestão** | **Item** | **Proposta de alteração** | **Justificativa** |
| --- | --- | --- | --- |
| Alteração | Art. 1º, §1º | (Texto proposto) | (Justificativa) |
| Exclusão | Art. 6º, inciso I |  | (Justificativa) |

**Instruções para envio do formulário:**

Após o preenchimento deste formulário, remeta-o à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) até às **17 horas do dia 26 de junho de 2014** peloe-mail [scm@anp.gov.br](mailto:scm@anp.gov.br). A utilização deste formulário é obrigatória. Não serão aceitas sugestões e comentários fora do padrão deste formulário.

**Observação:** os formulários enviados à ANP serão disponibilizados na íntegra no sítio <http://www.anp.gov.br>, após o fim do período de Consulta Pública.

**FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES**

CONSULTA PÚBLICA Nº 8/2014 – 06/06/2014 a 26/06/2014

| **Nome completo ou Instituição** | PETROBRAS |
| --- | --- |

| **Natureza da sugestão** | **Item** | **Proposta de alteração** | **Justificativa** |
| --- | --- | --- | --- |
| Exclusão | 3.1.2. (b) |  | (i) a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação não seria aplicável à presente hipótese, considerando que a Chamada Pública não se trata de procedimento de licitação. A licitação pode ser conceituada como “o procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos – a celebração de contrato, ou a obtenção do melhor trabalho técnico, artístico ou científico” (José dos Santos Carvalho Filho. Manual de Direito Administrativo. 19ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p.217). Deste modo, considerando que o procedimento de Chamada Pública é, nos termos do art. 2º, VII da Lei do Gás, o “procedimento, com garantia de acesso a todos os interessados, que tem por finalidade a contratação de capacidade de transporte em dutos existentes, a serem construídos ou ampliados”, verificamos que tal procedimento não se enquadra no conceito de procedimento licitatório, razão pela qual não seria aplicável a penalidade mencionada acima aos carregadores interessados em participar da Chamada Pública, já que a proibição prevista na Lei nº 8.666/93 é de participar em licitação e não em Chamada Pública;  (ii) No que se refere ao impedimento de contratar com a Administração, entendemos que há argumentos para defender a não aplicação de tal vedação ao presente caso, considerando que o carregador não celebra um contrato propriamente dito com a ANP, mas tão somente um Termo de Compromisso, o qual, de acordo com a presente minuta é o “documento a ser entregue pelos Carregadores à ANP, por meio do qual o Carregador se compromete, de forma irrevogável e irretratável, a adquirir a Capacidade Alocada de Transporte decorrente do processo de Chamada Pública”. Quem celebrará contrato com a Administração será o transportador (Contrato de Concessão), cabendo ao carregador celebrar Contrato de Transporte com o vencedor da licitação.  Assim, a princípio, pode-se argumentar que o impedimento de contratar com a Administração não poderia ser utilizado como causa de inelegibilidade de participação na Chamada Pública, pois tratar-se-ia de uma interpretação extensiva da disposição constante do art. 87 da Lei nº 8.666/93, o que não é cabível. |
| Exclusão | 3.1.3. (b) |  | No que se refere à vedação constante do item 3.1.3 (b), já nos manifestamos acerca da ilegalidade de imposição de vedação nesse sentido, conforme exposto ao longo da Consulta e Audiência Pública nº 18/13, que deu ensejo à publicação da Resolução ANP nº 51/13, que dispõe acerca da autorização para prática de atividade de carregamento de gás natural.  Deste modo, verificamos que o referido item traz disposição análoga à constante do artigo 3º, §1º, II da mencionada Resolução, vedando o exercício da atividade de carregamento por sociedades ou consórcios autorizados a exercer a atividade de carregamento pela ANP e que possuam relação societária de controle ou coligação com o transportador do gasoduto Itaboraí-Guapimirim ou com participante de consórcio constituído para atuar como transportador no referido gasoduto.  Assim, considerando que o presente item da minuta de Edital de Chamada Pública possui como único fundamento normativo a referida Resolução ANP nº 51/13, sobre a qual reiteramos nosso entendimento acerca de sua ilegalidade quanto a tal aspecto, solicitamos a exclusão de tal previsão imposta pela ANP, pelos motivos que passamos a expor.  De acordo com o artigo 5º, §1º da Lei nº 11.909/09 (Lei do Gás), caberá à ANP definir a forma (procedimento) e o prazo para solicitação da outorga da autorização de carregamento. Ou seja, de acordo com a leitura do artigo em comento, verificamos que a autorização legislativa refere-se tão somente ao modo como o agente deverá solicitar a outorga de autorização para exercício da atividade de carregamento à ANP.  No que se refere especificamente à presente minuta de Edital de Chamada Pública, observamos que o artigo 6º da Lei do Gás prevê que compete à ANP apenas promover o processo de Chamada Pública, conforme diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME). Ocorre, no entanto, que ao determinar tais diretrizes, por meio da Portaria MME nº 450/13, o Ministério não impôs nenhuma vedação no sentido previsto no item 3.1.3 (b) da presente minuta de Edital, ou seja, o MME não determinou vedação à participação de carregadores que possuam relação societária de controle ou coligação com o transportador do Gasoduto de Transporte em questão ou com participante de consórcio constituído para atuar como transportador no gasoduto.  Deste modo, considerando que a atuação da ANP restringe-se a questões procedimentais relacionadas à outorga da autorização para exercício da atividade de carregamento e promoção do processo de Chamada Pública de acordo com as diretrizes do MME, bem como que nem a Lei do Gás e tampouco a Lei nº 9.478/97 (Lei do Petróleo) preveem a possibilidade de a ANP impor limitações ao exercício da atividade de carregamento por algum agente, a restrição constante do item 3.1.3 (b) ora proposto (assim como do artigo 3º, §1º, II da Resolução ANP nº 51/13), não se encontra em conformidade com a legislação vigente. Isto porque, não caberia à ANP, por meio de um Edital de Chamada Pública, ainda que fundamentada em previsão constante de Resolução emitida pela Agência alterar as previsões constantes em Lei, cabendo tão somente à mesma observar os ditames legalmente previstos e prover sobre minúcias procedimentais não abrangidas pela norma geral editada pelo Poder Legislativo, bem como promover o procedimento de Chamada Pública de acordo estritamente com as diretrizes traçadas pelo MME.  Ademais, a redação proposta para o item 3.1.3 (b) do Edital (assim como no artigo 3º, §1º, II da Resolução ANP nº 51/13 - o qual reiteramos considerarmos ilegal) extrapola, o conteúdo da norma legal estabelecida no art. 3º, §3º da Lei do Gás, pois insere, por via transversa, novas restrições não previstas em Lei à atividade de transporte de gás natural. O referido art. 3º, §3º da Lei do Gás já traz impedimento implícito ao transportador de exercer atividade de carregamento de gás, ou seja, esta seria a única restrição possível no que se refere à atividade de transporte. Desta forma, não poderia um Edital de Chamada Pública contrariar a Lei, pretender impor novas restrições a tal atividade, já que de acordo com a Lei é lícito que possa haver participação acionária entre os agentes da indústria do gás.  Acrescente-se que o art. 65 da Lei nº 9.478/97 prevê que a Petrobras deveria constituir uma subsidiária com atribuições específicas de operar e construir dutos, terminais marítimos e embarcações para transporte de petróleo, seus derivados e gás natural. Deste modo, não poderia a presente minuta de Edital de Chamada Pública contrariar o disposto no referido artigo, de modo a vedar que a Petrobras (atuando como carregadora) seja a controladora de uma sociedade que detenha autorização para o exercício da atividade de transporte, já que há determinação legal expressa nesse sentido (de que a Petrobras constitua uma subsidiária para atuar nas atividades relacionadas ao transporte).  O fato de o presente item refletir o disposto no artigo 3º, §1º, II da Resolução ANP nº 51/13 não faz com que o mesmo possa ser considerado legal, já que seu único fundamento de validade é norma claramente ilegal, considerando, inclusive, que o mesmo vai contra toda a legislação (hierarquicamente superior à referida Resolução) existente sobre o tema.  Assim, ato editado pela ANP (seja uma Resolução ou um Edital de Chamada Pública) que, contrariando a legislação vigente, pretenda impor limitação ao exercício de direito por um agente estará extrapolando o poder regulamentar desta Agência, razão pela qual reiteramos nossa solicitação pela exclusão de tal vedação. |
| Esclarecimento | 3.2.3 |  | Solicitamos que seja esclarecido por esta Agência se o item 3.2.3. também se aplica às Propostas Garantidas. |
| Alteração | 3.3.3 | Incluir, no cronograma, a data para a divulgação das respostas aos pedidos de esclarecimento | Não há data estabelecida no cronograma |
| Alteração | 3.3.4 | Não havendo solicitações de esclarecimento, presumir-se-á que as informações e elementos contidos neste Edital de Chamada Pública são suficientes para permitir a elaboração dos documentos de solicitação de capacidade e o aporte das Garantias e, consequentemente, para participar da Chamada Pública, razão pela qual não serão admitidos questionamentos ou impugnações posteriores, relacionadas às informações e elementos constantes do Edital. | Deixar claro que em outras hipóteses – como no caso de eventuais ilegalidades ocorridas durante o procedimento – não haveria nenhum óbice à realização de impugnações, afastando, deste modo, eventuais argumentos, ainda que desarrazoados, por parte da ANP. |
| Alteração | 3.5.3 (e) | Redimensionamento do Gasoduto de Referência a partir das Manifestações de Interesse consideradas válidas, de acordo com o disposto na Seção .1; | Adequar à referência |
| Alteração | 3.5.4. | Alteração 1. Se o Teste de Viabilidade Técnico-Econômico for bem-sucedido, ainda na fase de identificação dos potenciais carregadores haverá a divulgação aos Participantes da Capacidade Solicitada e do valor obtido para a Tarifa de Transporte Máxima. O processo da Chamada Pública terá continuidade, passando-se para a fase de análise das Propostas Garantidas.Ou Alteração 2. Se o Teste de Viabilidade Técnico-Econômico for bem-sucedido, ainda na fase de identificação dos potenciais carregadores haverá a divulgação aos Participantes da Capacidade Solicitada e do valor obtido para a Tarifa de Transporte Máxima. Os Carregadores cujas Manifestações de Interesse tenham ofertado tarifas iguais ou superiores à Tarifa de Transporte Máxima do Gasoduto de Referência passarão à condição de Carregadores Habilitados, e serão comunicados de sua respectiva previsão de Alocação de Capacidade. Os Carregadores cujas Manifestações de Interesse tenham ofertado tarifas inferiores à Tarifa de Transporte Máxima terão o prazo de cinco dias úteis para ofertar uma nova tarifa igual ou superior à Tarifa de Transporte Máxima do gasoduto de referência e dessa forma passarem à condição de Carregadores Habilitados. O processo da Chamada Pública terá continuidade, passando-se para a fase de análise das Propostas Garantidas. | Alteração 1. De acordo com o procedimento previsto pela Lei do Gás, não há previsão para que o carregador oferte tarifa durante o procedimento de Chamada Pública. A ANP, após a Manifestação de Interesse, teria condições de dimensionar o duto e calcular a tarifa de transporte máxima. Os carregadores aceitariam ou não a tarifa definida pela ANP, tendo em vista que não há como os carregadores ofertarem tarifas prevendo um redimensionamento que ainda não ocorreu.  Alteração 2. Alternativamente, caso essa exclusão de previsão de tarifa pelo carregador não seja aceita por esta Agência, indicamos que seja adotada a inserção sugerida para o item 3.5.4., ou seja, previsão de um tempo para que os carregadores que tenham ofertado tarifa inferior à calculada no redimensionamento tenham a chance de permanecer na Chamada Pública, desde que, pelo menos igualem a sua oferta à tarifa de referência. |
| Alteração | 3.5.6 (a) | Entrega da comprovação, junto à ANP, do aporte das Garantias Financeiras para submissão de Proposta Garantida, excetuando agentes que estejam classificados em escala global, como pelo menos BBB**-** pela Standard & Poors ou A2 pela Moody’s | Justificativa: Agentes com determinado *rating* apresentam baixo risco de *default*, sendo dispensável a apresentação de garantias. Sugerimos esse critério por analogia ao aprovado por esta Agência e praticado na cláusula 19.4 do TCG da TAG e TBG.  Segue o item 19.4 do TCG  19.4 O Carregador estará dispensado da entrega da Carta de Fiança prevista no item 19.1, caso comprove que na data de assinatura do Contrato a qualidade de seu crédito esteja classificada, em escala global, como, pelo menos, BBB- pela Standard & Poors ou A2 pela Moody’s. Caso venha a ser divulgado que a qualidade de crédito do Carregador passou a ser classificada, em escala global, abaixo de BBB- pela Standard & Poors ou A2 pela Moody’s, este deverá apresentar, no prazo de 30 (trinta) Dias contados de tal divulgação, uma Carta de Fiança exequível conforme previsto no item 19.1 e estará sujeito às obrigações estabelecidas no item 19.2. |
| Esclarecimento | 3.5.6 (i) |  | Se, de acordo com a Portaria MME nº 472/11, o MME tem até 30 dias para se manifestar e o redimensionamento/alocação terminará em 12/09 (5 dias úteis), a Chamada Pública não acabará em 06/10, conforme o cronograma. |
| Alteração | 3.8.1. |  | A referência está errada, a tabela 4 refere-se à taxa anual de depreciação dos ativos. |
| Alteração | 3.10.2 |  | A referência está errada, a tabela 4 refere-se à taxa anual de depreciação dos ativos. |
| Esclarecimento | 3.16.2 |  | Qual é a vigência do Termo de Compromisso, caso o Processo de Licitação tenha êxito? |
| Alteração | 3.17.1 | No ato da assinatura do Termo de Compromisso, o Carregador Vencedor deverá apresentar instrumento jurídico-financeiro, nos termos do item 3.17.3, com a finalidade de garantir o cumprimento das obrigações previstas no Termo de Compromisso, em especial quanto aos pagamentos referentes ao período de vigência do Contrato de Serviço de Transporte a ser celebrado com o transportador concessionário da atividade de transporte de gás natural. | Deixar claro que o instrumento jurídico-financeiro é um dos previstos no item 3.17.3 |
| Alteração | 1. Cronograma | 1 - Não contemplou o período de manifestação do MME e nova Rodada.  2 – Item “Possíveis iterações e recálculo do dimensionamento e da Tarifa Máxima com a solicitação de confirmação/retificação das Propostas Garantidas”. Dividir em:  (i) iterações/recálculo (ANP) e;  (ii) confirmação/retificação das Propostas Garantidas pelos Carregadores interessados; Data/período 2 dias úteis para cada confirmação/retificação. | 2 - O prazo de 5 dias úteis para a realização de até 10 iterações e recálculo do dimensionamento do Gasoduto de Referência e da Tarifa Máxima com a solicitação de confirmação/retificação das Propostas Garantidas é considerado insuficiente. Além disso, sugere-se que haja um prazo de pelo menos 2 dias úteis para que os carregadores avaliem a sua permanência no Processo. |
| Alteração | 5 Glossário | “Contrato de Concessão”: instrumento contratual que disciplina a atividade de Transporte de Gás Natural para um ou mais Gasodutos de Transporte, a ser celebrado entre o MME e o Transportador, e seus Anexos. | De acordo com o artigo 19 do Decreto nº 7.382/10, “o Ministério de Minas e Energia celebrará os contratos de concessão (...)”. Por força do §1º do mesmo artigo, a competência para celebrar os contratos de concessão poderá ser delegada à ANP por ato do Ministro de Estado de Minas e Energia. Ocorre, entretanto, que no caso específico do gasoduto Itaboraí-Guapimirim, a Portaria MME nº 450/13 dispôs, em seu art. 8º que o próprio MME celebrará o Contrato de Concessão. |
| Alteração | 5 Glossário | “Serviço de Transporte Interruptível”: Serviço de Transporte contratado em capacidade ociosa, que poderá ser interrompido pelo Transportador, dada a prioridade de programação do Serviço de Transporte Firme. | Sugerimos a adoção da definição constante do Decreto nº 7.382/10 |
| Inclusão | 5 Glossário | “Tarifa de Transporte Máxima do Gasoduto de Referência” - valor máximo estabelecido no Edital de Chamada Pública, a título de tarifa de transporte, que será utilizado apenas como referência para a Manifestação de Interesse e para cada iteração na definição do gasoduto de referência. | Deixar mais claro que durante o processo de Chamada Pública haverá a utilização inicial de uma “Tarifa de Transporte Máxima do Gasoduto de Referência”, que terá como resultante, após os redimensionamentos e iterações, a efetiva Tarifa de Transporte Máxima. |
| Inclusão | 6.2.3. | A Capacidade que seria alocada ao(s) Carregador(es) excluído(s) com base no item 6.2.2 deste Edital será distribuída, de forma *pro rata* e respeitando o limite de capacidade pretendida, entre os demais Carregador(es) Habilitado(s) com Proposta(s) Garantida(s) válidas e vigentes. | Deixar claro o critério que será utilizado para a distribuição |
| Alteração | 8.2.2 |  | Não há item 15 no anexo II do Edital. |
| Alteração | 9.2.37 e Tabela 6 |  | A descrição da tabela 6 no item 9.2.37. não condiz com o título da tabela 6 como também não reflete o conteúdo da tabela. |
| Alteração | Anexo 1, item 5 (d) | (1 mil m³ = 36,480 MMBTU) | Está divergente do estabelecido no item 9.2.29 (37.302, 1794 Btu/m³) |
| Alteração | TCG 13.1 | O Transportador operará e manterá a Instalação de Transporte utilizando os padrões de operação de gasodutos determinados pela norma ANSI B 31.8, suas revisões ou outra norma que venha substituí-la. O Transportador deverá obter certificação, ou comprovar re-certificação, conforme o caso, nos padrões ISO 9001 e ISSO 14001 no prazo de 2 (dois) anos a contar do início da prestação do Serviço de Transporte. | Manter a coerência com o TCG da TAG e da TBG aprovados pela ANP e ora praticado. |
| Alteração | TCG 13.2.3. | Sem prejuízo do disposto na Cláusula 13.2.1, caso o Transportador necessite alterar o cronograma de Manutenção Programada, este deverá encaminhar ao Carregador, com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias, uma Notificação detalhando os motivos de tal alteração e o novo cronograma da Manutenção Programada. O carregador poderá solicitar, com quinze (15) dias de antecedência, o adiamento da atividade de MANUTENÇÃO PROGRAMADA, sendo certo que, havendo anuência do TRANSPORTADOR com a referida solicitação, deverá o CARREGADOR arcar com os custos de desmobilização e com todos os demais custos e despesas incorridos pelo TRANSPORTADOR e resultantes do mesmo adiamento. | Manter a coerência com o TCG da TAG e da TBG aprovados pela ANP e ora praticado. |
| Alteração | TCG 13.5.1. | Os equipamentos de medição serão inspecionados e calibrados rotineiramente para a verificação de sua exatidão de acordo com os requisitos previstos no Regulamento Técnico de Medição de Petróleo e Gás Natural ANEXO à Resolução ANP/INMETRO n° 1 de 10/06/2013, suas revisões ou outra norma que venha substituí-la. Na ausência ou omissão dessa regulamentação, deverão ser adotados a periodicidade, o erro máximo permissível e a incerteza máxima apresentados no ANEXO I, o qual é parte integrante e inseparável deste TCG. O Transportador fornecerá ao Carregador o cronograma anual de calibração dos equipamentos de medição. | Correção da referência regulatória |
| Alteração | TCG 13.5.5 | Se algum equipamento de medição não apresentar exatidão de acordo com (i) os requisitos previstos no Regulamento Técnico de Medição de Petróleo e Gás Natural citado na Cláusula 13.5.1 acima ou, (ii) no caso de ausência ou omissão dessa regulamentação, os requisitos previstos no ANEXO I deste TCG, o TRANSPORTADOR deverá tomar imediatamente todas as medidas necessárias para que a medição esteja com a exatidão prevista nas alíneas (i) e (ii) anteriores e quaisquer medições anteriores desse equipamento serão corrigidas para "erro zero" em relação a qualquer período conhecido com exatidão. Se o período não for conhecido ou acordado, tal correção será realizada cobrindo um período que compreenda a segunda metade do tempo decorrido desde a data do último teste sob a condição, sendo que na primeira metade será considerada como correta a medição. Neste caso, as PARTES efetuarão os ajustes de faturamento necessários no MÊS subseqüente ao da apuração da QUANTIDADE DE GÁS corrigida. | Como o período entre calibrações de secundários e calibrações manuais de cromatógrafos será de 6 meses, não faz sentido limitar em período tão curto de correção – 16 ou 45 dias – o mais justo é dividir o período em partes iguais como está nos contratos malhas Nordeste e Sudeste. Antes desta Resolução o período entre calibrações era de apenas 60 dias, ou seja, muito menor que o atual de 180.  Até 09/12/2013 estava em vigor a Portaria Conjunta ANP/Inmetro nº 1/2000, que estabelecia que o prazo máximo entre calibrações era de 60 dias. Após esta data, entrou em vigor a Resolução Conjunta ANP/Inmetro nº 1/2013, que fixou este prazo máximo entre calibrações de 180 dias. Desse modo, a metade do tempo decorrido entre as calibrações que era de 30 dias passou a ser de 90 dias com a nova Resolução. Assim, limitar o período de correção a 16 dias (Ponto de Recebimento) ou 45 dias (Ponto de Entrega) era compatível com o intervalo anterior (60 dias), mas muito pouco em relação ao novo prazo de 180 dias, representando apenas a possibilidade de correção de 1/4 do período entre calibrações. |
| Alteração | TCG 19.1 | A menos que disposto de forma diversa no Contrato de Serviço de Transporte Firme, o Carregador entregará, na data de assinatura do Contrato de Serviço de Transporte Firme, uma Carta de Fiança emitida em favor do Transportador, substancialmente na forma do modelo constante do ANEXO II, o qual é parte integrante e inseparável do presente TCG, por uma instituição financeira com sede no Brasil, que não seja classificada, em escala global, abaixo de BB+ pela Standard & Poors ou A1 pela Moody’s, no valor de, no mínimo, o resultado do produto de (i) 270 (duzentos e setenta) vezes a Quantidade Diária Contratada pela (ii) soma entre o Encargo de Capacidade de Transporte, o Encargo de Capacidade de Entrada e o Encargo de Capacidade de Saída, com prazo de vigência de pelo menos 2 (dois) anos, para assegurar o pagamento dos valores devidos pelo Carregador ao Transportador nos termos do presente TCG e do Contrato de Serviço de Transporte Firme, com exceção das verbas rescisórias previstas na Cláusula Vinte e Um. | Manter a coerência com o TCG da TAG e da TBG aprovados pela ANP e ora praticado. |
| Alteração | TCG Anexo I | Alterações nas Tabelas i) Calibração e, ii) Inspeção, conforme anexo. |  |

**ANEXO I - TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS**

CRONOGRAMA DE CALIBRAÇÃO E INSPEÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO

(i) Calibração:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| ELEMENTO | PERÍODO | ERRO MÁXIMO PERMISSÍVEL | INCERTEZA MÁXIMA |
| Instrumento de pressão estática | NBR ISO 10012 | +/- 0,50% | +/- 1,50% |
| Instrumento de pressão diferencial | NBR ISO 10012 | +/- 0,25% | +/- 1,50% |
| Instrumento de temperatura | NBR ISO 10012 | +/- 0,50% | +/- 1,50% |
| Medidor de Vazão Placa de Orifício | NBR ISO 10012 | API-MPMS 14.3.2 | +/- 1,50% |
| Medidor de Vazão Turbina | NBR ISO 10012 | AGA – 7  Portaria Inmetro nº 114/1997 | +/- 1,50% |
| Medidor de Vazão Ultrassônico | NBR ISO 10012 | AGA 9 | +/- 1,50% |
| Autocalibração do cromatógrafo | 15 Dias | ASTM-1945 | Não aplicável |
| Calibração manual do cromatógrafo | 6 Meses | ASTM-1945 | Não aplicável |

Justificativa: a tabela exclui a tecnologia de medição por placa de orifício, que é uma tecnologia de medição antiga, mas permitida pela Resolução Conjunta ANP/Inmetro nº 1/2013.

(ii) Inspeção:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ELEMENTO | PERÍODO | INCERTEZA MÁXIMA |
|  |  |  |
| Elemento Primário de Diferencial de Pressão | 12 meses | +/- 1,50% |
| Porta Placas | 36 meses | +/- 1,50% |
| Trecho de Medição | NBR ISO 10012 | ANSI/API-2530 |

Justificativa: Não se faz inspeção de medidor, somente calibração, conforme pode ser visto na Resolução ANP/Inmetro nº 1/2013